

AFINIDADES ELETIVAS: NEODESENVOLVIMENTISMO E PÓS-NEOLIBERALISMO NA EXPERIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.

Frederico Da Firmiano¹

Resumen

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao mais alto posto de comando do Estado no Brasil, em 2002, para alguns intelectuais, ideólogos e militantes políticos vinculados, direta ou indiretamente, ao novo governo significou a vitória de um projeto político alternativo ao neoliberalismo que estava em curso no País há mais de uma década. Em sua perspectiva, o projeto petista aglutinaria as burguesias locais, promovendo a integração econômica capitalista regional, a partir de um intenso amparo financeiro do Estado. Apesar disso, seria distinto de uma proposta de integração regional de base popular, anti-imperialista e anti-neoliberal: o programa levado à cabo pelo PT no Brasil invocava, pois, o neodesenvolvimentismo como referência teórica e histórica. No entanto, este projeto não deixaria de se definir como pós-neoliberal – muito embora a dinâmica atual da economia brasileira e a questão social apontem para a reiteração da dependência e para a permanência do padrão histórico da desigualdade social. Neste trabalho, pretendo refletir sobre as bases políticas do neodesenvolvimentismo e seu vínculo – ou afinidades eletivas - com o chamado paradigma pós-neoliberal, a partir da experiência brasileira recente. Procurarei apontar suas contradições e limites, justamente onde ambos, pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, se apóiam como “novo paradigma”.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP. Professor Assistente da Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais-FESP/UEMG.

AFINIDADES ELETIVAS: NEODESENVOLVIMENTISMO E PÓS-NEOLIBERALISMO NA EXPERIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.

Afinidades eletivas: breve introdução.

Existem algumas categorias teóricas que reúnem tamanha força explicativa que criam a ilusão que, por si só, dão conta de explicar realidades muitas distintas, por vezes até conflitantes. Em geral, seu itinerário é longo e bastante complexo; atravessam períodos históricos e sobrevivem a mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais de larguíssima amplitude, como aquelas provocadas pelas revoluções. Também por isso, essas categorias encerram inúmeros problemas, como aqueles próprios do excesso de generalidade ou da transposição de um campo do conhecimento para outro, para citar apenas alguns.

O conceito de afinidade eletiva é uma dessas categoriais. Nascida, provavelmente, na alquimia medieval para explicar a atração e fusão entre os corpos, revelou através de Johann Wolfgang Von Goethe a ligação íntima entre duas almas, que se atraem irremediavelmente, ainda que isto signifique – e significa! – a ruptura de suas relações anteriores. Com Goethe – diz Löwy (2011: 131) – a noção de afinidades eletivas ganhou, inclusive, o direito de citação na cultura alemã “...como a designação de um tipo de ligação particular entre as almas”.

Não foi à toa que Walter Benjamin, na primeira metade do século XX, despertou enorme interesse pelo romance. Para o filósofo judeu, a grandeza da obra – argumenta Gagnebin (2011: 141) – reside no fracasso da tentativa de Goethe em forjar uma imagem paradigmática do casamento e de seu potencial civilizador. Ou, muito além disso, “... na luta interna à própria escrita da obra, entre uma vontade de construção de um modelo clássico de harmonia e, mesmo que entre as linhas, a confissão, simultaneamente corajosa e desolada, de sua impossibilidade” (Gagnebin, 2011: 142). Nem por isso, a categoria ganhou *status* de conceito sociológico, algo que só ocorreu na por intermédio de outro clássico alemão, ninguém menos que Max Weber.

Com Weber a noção assumiu, enfim, uma posição rigorosa no sistema categorial sociológico, apresentando os elementos da seleção, da escolha ativa, da atração recíproca: precisamente quando duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas, econômicas - se procuram e se apoderam uma da outra. Nunca é demais lembrar que, para o economista alemão – era assim que ele preferia se qualificar -, as diversas esferas da existência humana – econômica, política, jurídica, artística, religiosa – possuem certa autonomia entre si, articulando-se umas com as outras segundo sua legalidade própria ou sua lógica interna específica. Desse modo, não se pode encontrar a explicação do desenvolvimento de uma delas em termos do desenvolvimento de qualquer outra, mas buscar suas afinidades e tensões no modo como a orientação da conduta da vida se dá em diferentes esferas. (Cf. Cohn, 1999).

A *Wahlverwandtschaft* weberiana informa o processo pelo qual duas formas culturais entram em relação de atração e influência recíproca, convergindo ativamente, favorecidas por certas condições históricas - no sentido de que certos fatores sociais, culturais, políticos, econômicos se desenrolam como um processo de atração seletiva. Assim é que a categoria contribui, entre outros, para revelar a relação íntima entre formas culturais distintas, aparentemente separadas mas que, a partir de dado momento, passam a colaborar ativamente uma com a outra.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao mais alto posto de comando do Estado, em 2003, consagrou, pois, o movimento histórico de atração e influência recíproca entre as ideias pós-neoliberais, gestadas no país na primeira metade da década de 1990 e o neodesenvolvimentismo, o programa econômico posto em marcha pelo partido, principalmente a partir de 2005. Embora ambas as formas culturais – como chamaria Weber –, o pós-neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, tenham, pois, desenvolvimentos distintos e autônomos, ambos possuem como denominador comum o campo semântico produzido pelo neoliberalismo e, no interior deste, a renúncia da possibilidade de enfrentamento dos constrangimentos estruturais, econômicos, políticos, sociais e culturais, que marcam a história brasileira.

Neste trabalho, pretendo refletir sobre as afinidades eletivas entre o pós-neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, investigando algumas de suas bases políticas, econômicas e sociais a partir da experiência brasileira recente. Não pretendo, aqui, examinar exaustivamente a literatura à respeito de ambas as “formas culturais”. Limitar-me-ei a trazer ao texto as referências necessárias para apoiar os principais argumentos aqui desenvolvidos. No caso específico do pós-neoliberalismo, tomo como referência a produção recente de Emir Sader, principal referência das ideias pós-neoliberais no Brasil e na América Latina.

E apesar de recorrer a *wahlverwandtschaft* weberiana, não a tomo como princípio metodológico com todas as suas conseqüências. Não adoto a concepção do economista alemão à respeito do sentido da História e do Progresso em seu interior. A *wahlverwandtschaft* weberiana é empregada aqui como uma mediação para, em primeiro lugar, identificarmos a convergência ativa entre ambas as formas culturais; em segundo lugar, e por decorrência, analisarmos em que medida elas tendem à ordem social presente, produzindo e reproduzindo contradições. Ainda será preciso investigar de modo mais exaustivo o desenvolvimento de uma e de outra forma cultural, bem como de suas afinidades eletivas.

Das Wahlverwandtschaft: uma construção histórica à brasileira.

A derrota do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989 para Collor de Mello abriu um período marcado pela ofensiva do capital, expressa pelo conjunto de contra-reformas que operaram a reestruturação do capitalismo brasileiro, tais como privatizações, desnacionalização do patrimônio público, transferência do controle dos setores-chave e dinâmicos da economia para o capital transnacional, ataque frontal contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora, expansão do trabalho informal, aumento substancial do desemprego, entre outros.

No seio do processo de globalização, e segundo as possibilidades que o sistema do capital abria, os governos da década de 1990 no Brasil ratificaram a condição subdesenvolvida do País, aprofundando a dependência por meio do desmonte do tripé desenvolvimentista formado por Estado/capital nacional/capital estrangeiro, que havia sustentado a expansão capitalista, ou o “desenvolvimento econômico”, ao longo das décadas anteriores. Sob a hegemonia do capital financeiro, a nova estrutura global do capital acentuou as assimetrias históricas entre o centro e a periferia do sistema, reservado aos países que possuíam alguma capacidade produtiva uma posição intermediária entre as grandes potências industrializadas e os países condenados pela mundialização do capital. Este processo selou a inserção do Brasil na nova divisão

internacional do trabalho - sua integração para fora, como chamaria Florestan Fernandes (2009). Em face das novas condições da acumulação capitalista global, o país passava a aproveitar a posição (subalterna) que a industrialização prévia lhe oferecia, induzida pelo ciclo neoliberal, mas sem a possibilidade de romper a dependência. (Oliveira, 2003).

Se no âmbito político, a luta pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização na década de 1980 produziu um plano de direitos que se cristalizou na Constituição Federal de 1988, o neoliberalismo – reforçado pelo fim do “socialismo realmente existente” e pela ideologia do “fim da história” – abateu qualquer possibilidade de constituição de uma sociedade democrática baseada no bem estar social. Ao menos dentro da ordem do capital. Com isso, as conquistas que a classe trabalhadora havia obtido ao longo da década de 1980 viraram fumaça, concomitante ao ingresso do país na globalização do capital. Isto no que se refere a sua organização política, pois as organizações que nasceram naquele processo, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - para citar os mais importantes – foram sendo progressivamente arrasados pela reestruturação produtiva e pelo desemprego estrutural; mas também no que diz respeito aos próprios direitos sociais conquistados, sistematicamente negados ou até mesmo revertidos.

Não foi sem razão que o combate ao neoliberalismo ganhou terreno no seio do movimento popular e social, em muitos casos, unificando distintas frações das forças do trabalho em torno de determinadas bandeiras de luta, tais como contra as privatizações das empresas públicas, contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pela auditoria cidadã da dívida pública, entre tantas outras.

Pelo menos desde o levante zapatista, no México, em janeiro de 1994, a América Latina, que no seu conjunto experimentava uma espécie de ofensiva de contra-reformas neoliberais, tornou-se um importante foco de resistência contra as manifestações da crise estrutural do capital, como diria Mészáros (2009). Ao longo da década ascenderam importantes governos à esquerda do espectro político no continente; alguns, apontando até mesmo para novas formas de socialismo, distintas daquelas experimentadas (e derrotadas) no leste europeu, como nos casos de Venezuela, Bolívia e Equador. Este quadro criou as condições para a gestação das ideias pós-neoliberais.

Ainda em setembro de 1994, antes mesmo das políticas neoliberais se realizarem em sua plenitude no Brasil, foi organizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro um seminário intitulado “Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático” que, no ano seguinte, cedeu título ao compilado de intervenções realizadas, entre outros, por intelectuais de fôlego, como Perry Anderson, Pierre Salama, Göran Therborn, Atílio Borón, organizado por Pablo Gentili e Emir Sader. Mais tarde, Sader e Gentili publicaram o segundo volume, Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia. Os seminários – e os sucessivos debates que fomentaram desde então - passaram a interrogar a hegemonia do neoliberalismo, contrapondo-a com uma alternativa “pós-neoliberal”. Ainda pouco qualificada teórica e politicamente, a alternativa pós-neoliberal apontava para a necessidade premente de negação do neoliberalismo e restauração da capacidade de regulação do Estado. (Cf. Sader e Gentili, 1995, 1999).

Anos mais tarde, Emir Sader sintetizou a interrogação que, de certa forma, moveu a reflexão sobre o pós-neoliberalismo: “como construir uma hegemonia pós-neoliberal em meio a uma hegemonia neoliberal tão predominante no mundo? Como agir diante do legado devastador deixado pelos governos neoliberais?” (Sader, 2013: 7). Seu desafio era, portanto, oferecer uma alternativa ao furacão neoliberal.

Diante do quadro social imposto pelas políticas neoliberais no Brasil, o horizonte teórico do pós-neoliberalismo parecia tender para a necessidade da superação da ordem. Mas este rápido suspiro logo passou. De acordo com Emir Sader, o período de hegemonia do neoliberalismo teria provocado duas incompreensões fundamentais. A primeira, decorrente da interpretação de que se tratava do estágio final do capitalismo, levando muitos ao equívoco de pensar que a transição só poderia se dar para o socialismo. A segunda, vinda da concepção do “fim da história”, que aponta para a impossibilidade de qualquer construção política fora dos limites da ordem capitalista neoliberal. Para o autor, essas incompreensões precisavam dar lugar a uma análise das condições concretas [sic]. A seu ver, o neoliberalismo teria encontrado seu limite sem que tivesse surgido no horizonte histórico um projeto alternativo que o substituísse em escala global, de modo que, a alternativa possível seria o pós-neoliberalismo. (Sader, 2013: 136-137).

Para ele, uma das principais conseqüências do neoliberalismo foi a impossibilidade de imprimir um ciclo de crescimento econômico de longa duração. A causa disso estaria na emergência e hegemonia do capital financeiro. A proposta pós-neoliberal deveria, então, começar por um anti-neoliberalismo, uma oposição à desregulamentação, à financeirização, ao enfraquecimento das relações de trabalho e ao livre comércio. (Sader, 2009: 174).

Progressivamente, as ideias pós-neoliberais foram encontrando interlocução nas propostas políticas que tendiam mais a uma espécie de humanização do capitalismo que a sua negação. Assim passou a construir certas afinidades eletivas com o programa do Partido dos Trabalhadores (PT) que, desde a derrota de em 1989 nas eleições presidenciais, passou a sofrer transformações de larga monta. Desenrolou-se aí o encontro entre duas almas e no interior deste processo as ideias pós-neoliberais e o programa político do PT entraram em relação de atração profunda, influenciando-se reciprocamente.

O abandono gradativo de seus núcleos de base, que lhe davam vida e o ligava organicamente ao cotidiano dos trabalhadores e a conversão em máquina eleitoral – movida pelas conquistas de prefeituras, governos de estado e cargos eletivos, em âmbito municipal, estadual e federal –, ao lado de muitos outros aspectos, levaram PT ao transformismo, ao mesmo tempo que a proposta do pós-neoliberalismo encontrava mais respaldo nas formas políticas da ordem que nos projetos da esquerda. A “Carta ao povo brasileiro” lida por Lula da Silva em 22 de junho de 2002, durante encontro sobre o programa de governo de seu partido, antes da consagração eleitoral, só vinha ratificar os compromissos que o PT assumira com certas frações da burguesia e com os pilares fundamentais da política macroeconômica neoliberal praticada até então pelo seu antecessor. Mesmo assim, havia entre ambas as formas culturais uma espécie de atração fatal. Sob as condições impostas pela crise estrutural do capital, as ideias pós-neoliberais e o programa político-econômico do PT passaram a convergir ativamente.

Pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo: a ordem (é) do capital.

Não foi à toa que o desenvolvimento histórico, teórico e político, das ideias pós-neoliberais ganhou algum impulso no Brasil a partir da primeira eleição de Lula da Silva, ainda em 2002. E justamente no momento em que o PT realizava sua tendência histórica à aceitação da ordem. Naquele contexto, escreveu Emir Sader:

“[...] 2003 promete ser o ano mais importante para o continente latino-americano desde 1973. Naquele ano se consolidou a virada para a

direita na sub-região do Cone Sul, com o fracasso das últimas tentativas de solução da esquerda para a crise hegemônica no continente. Com a militarização do Uruguai e o golpe no Chile, triunfava a proposta ‘brasileira’ de ditaduras militares, conforme a doutrina de segurança nacional.

O significado deste ano que está começando [2003] vem de que: se desenhará o significado do governo de Lula, o primeiro que assume como objetivo a saída do neoliberalismo ...” (Sader, 2003, não paginado).

Quando assumiu, ainda nos primeiros meses do primeiro mandato, Lula da Silva realizou a contra-reforma da previdência, alterando o funcionamento do sistema previdenciário dos servidores públicos, que passou de um regime de “repartição simples” para um regime de “capitalização”, tal como o sistema privado de previdência vinha operando, desde o governo de seu antecessor. A imposição de tetos para o recebimento dos benefícios passou a “obrigar” os trabalhadores – aqueles com condições para tanto! - a participar de fundos complementares de previdência, criando de uma vez por todas o mercado de previdência complementar no País². Em seguida, seu governo editou a Lei de falências, promovendo a autonomia do Banco Central que, conforme escreveu Leda Paulani, completou o quadro para que o país ingressasse no circuito internacional da valorização financeira. (Paulani, 2008: 43-46).

O governo pós-neoliberal de Lula da Silva, ao completar a financeirização da economia brasileira, articulou a reiteração do financiamento externo da acumulação capitalista, já que a mundialização do capital, como explicou Francisco de Oliveira, tornou as fontes internas ineficientes: a revolução “molecular-digital” passou a exigir uma acumulação científico-tecnológica anterior que colocava países subdesenvolvidos como o Brasil no “rastros” dos países detentores do conhecimento patentado, exigindo investimentos sempre além da sua capacidade interna, reiterando, com isso, a dependência financeira externa. (Oliveira, 2003: 139).

A penalização direta do trabalho foi, pois, uma consequência imediata da reiteração da financeirização da economia, já que os lucros financeiros significam transferência de renda para este sistema, aumentando os custos financeiros das empresas. Este movimento interno do capital, em geral, leva a retração das atividades produtivas e/ou ao aumento da taxa de exploração da força de trabalho sob seu controle direto (Oliveira, 2007: 276), penalizando a classe dos trabalhadores que o Partido dizia representar. Mas não foi somente isto.

As contra-reformas realizadas, inicialmente, pelo governo Lula foram acompanhadas pelo aprofundamento da política de geração de superávit primário –

² Diferentemente do regime previdenciário por “repartição”, onde o trabalhador empregado é quem paga a “renda” de quem já se aposentou e, por isso, se apoia no emprego, na renda e no capital produtivo, o regime por “capitalização” é “rentista”, quer dizer, se apoia em juros reais elevados e ativos fixos, preferencialmente papéis públicos e seus gestores devem garantir o retorno individual das contribuições nos valores contratados. “A abertura desse novo e suculento espaço de valorização foi, portanto, o primeiro dos grandes tentos (à direita, sempre) marcados pelo novo governo com a aprovação da reforma. Além disso, com a elevação das contribuições, da idade e do tempo de trabalho para a obtenção do benefício, bem como com a taxação dos inativos, o governo contou pontos também no intocável objetivo do ‘ajuste fiscal’. Pôde, ainda, por meio de um bem pensado programa de defesa publicitária dessa iniciativa, colocar os funcionários públicos como os grandes vilões do descalabro social do país e vender a ideia de que o intuito da reforma era simplesmente o de fazer ‘justiça social’. E, *last but not least*, um sistema previdenciário com predomínio do regime de repartição e sob o monopólio do Estado era algo que não combinava em nada com um país que buscava, desde o início da década de 1990, afirmar-se como uma das plataformas mundiais da valorização financeira. A reforma patrocinada pelo PT veio contribuir de forma decisiva para o alcance desse objetivo” (Paulani, 2008: 44).

“saída” encontrada por Fernando Henrique Cardoso em face das novas condições de reprodução do capital, desde 1999, quando seu governo enfrentou um grande desequilíbrio das contas externas do país. A alta demanda internacional por determinadas *commodities* que o Brasil podia fornecer, estimulada especialmente pela China, criou uma “confluência virtuosa”. Os governos do PT emplacaram um programa de crescimento econômico, depois de quase três décadas de estagnação. Não sem estimular fortemente a exportação, concentrando-a nos ramos do agronegócio, da mineração e dos recursos naturais e nos produtos de baixa densidade tecnológica.

Apesar disso, para Emir Sader (2013) os governos do PT estariam “...recomponiendo relativamente el Estado, com aumento del empleo formal, mejoría de las remuneraciones de los trabajadores, mayor capacidad de inversión estatal...”. (Sader, 2008: 44). Assim, a construção do pós-neoliberalismo estaria se dando a partir da priorização de políticas sociais e segundo a reinserção internacional do Brasil. (Sader, 2013: 141).

De fato, diferente dos governos anteriores, Lula da Silva e, mais tarde, Dilma Rousseff, apostaram em dois importantes instrumentos de política econômica a fim de ativar o crescimento, sob as condições determinadas pela mundialização do capital: a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o primeiro, o governo passou a destinar volumosos recursos públicos a reestruturação patrimonial de determinados setores do capital. Através do BNDES, formou verdadeiros *players* globais para atuarem no mercado internacional, nos ramos da construção civil, alimentos, energia, siderurgia, transportes, entre outros. Já com o PAC, em suas fases 1 e 2, iniciou um processo de recomposição e formação de infraestrutura social e produtiva, com destaque para os setores de energia, saneamento, habitação, ferrovias, aeroportos, portos, estradas, entre outros. (Pochmann, 2010: 41-42).

Ao lado dos pesados investimentos em infraestrutura produtiva e social, houve o incremento do consumo popular e a expansão do mercado interno, com aumento do salário mínimo, introdução do crédito consignado, crescimento do emprego: foram cerca de 21 milhões de novos empregos criados no país em cerca de 10 anos. (Pochmann, 2012). Depois de 2005, os investimentos em educação também aumentaram: o número de estudantes com acesso ao ensino superior dobrou com programa Pró-Uni, que subsidia o ingresso do estudante nas universidades ou centros universitários privados no País. E em 2008, quando estourou a bolha financeira do mercado imobiliário norte-americano, levando a mais uma crise cíclica do capital de grandes proporções, o Brasil se tornou credor internacional (em 2009, o país possuía 250 bilhões de dólares em reservas em moeda estrangeira, sendo o quarto maior credor dos EUA). (Anderson, 2011: 29-32). E conforme lembrou Maria Orlanda Pinassi, os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff foram pródigos na concessão de direitos para as chamadas “minorias”, com o avanço representado da Lei Maria da Penha, os direitos ampliados aos negros, aos índios, aos homossexuais, entre outros. (Pinassi, 2013, não paginado).

Estes aspectos deram “...um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento” (Sampaio Jr., 2012: 679). Como afirmou Plínio de Arruda Sampaio Jr à respeito dos neodesenvolvimentistas, os pós-neoliberais, como Emir Sader, acreditaram, pois, em uma espécie de terceira via, conciliando o compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional e comprometimento com o crescimento econômico, políticas sociais (vale dizer, focalizadas) e o papel regulador do Estado. Sem colocar em questão, no entanto, “...a

dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem” (Sampaio Jr., 2012: 680), desconsiderando, em uma operação de falseamento da realidade – que Emir Sader chama de “análise concreta da realidade” – “o impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira...”, sem sequer se questionar o antagonismo existente entre estabilidade da moeda, disciplina monetária, busca incessante de competitividade internacional, liberalização da econômica com igualdade social e soberania nacional. (Sampaio Jr., 2012: 680).

Com isso, pode-se consubstanciar a afinidade eletiva entre o neodesenvolvimentismo e o pós-neoliberalismo: pela falta de resiliência perante os problemas estruturais da formação social brasileira, pela sua aceitação, pela apologia da ordem. Seu diferencial, conforme salientou Plínio de Arruda Sampaio Jr à respeito do neodesenvolvimentismo “... se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem do capital sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social” (Sampaio Jr., 2012: 680).

O círculo (nem tanto) virtuoso do neodesenvolvimentismo.

Uma das proezas do neodesenvolvimentismo contemporâneo foi conseguir rebaixar aquilo que, dentro de todas as suas limitações, o velho desenvolvimentismo possuía de melhor. O desenvolvimentismo das décadas anteriores buscava superar as conseqüências da deterioração dos termos de troca entre os países do centro e da periferia e a heterogeneidade estrutural interna das formações latinoamericanas, em geral baseadas em economias agroexportadoras, apostando na industrialização como via de salvação. A crítica ao latifúndio e ao estancamento da atividade primária, que ocupava lugar privilegiado em várias de suas expressões teóricas e políticas, cedeu espaço, no neodesenvolvimentismo, a uma espécie de coalização entre as distintas frações da burguesia em busca do crescimento econômico e da projeção nacional na nova divisão internacional do trabalho, marcada pela acentuada diferenciação entre os países do centro e da periferia. Conforme assinalou Cláudio Katz (2014, não paginado), os antigos adversários das oligarquias exportadoras são, agora, chamados a formar com eles um bloco comum. Entre os velhos latifundiários, hoje capitalizados, e a burguesia apátrida transnacional criou-se, enfim, uma nova solidariedade, uma solidariedade orgânica, sob a mediação do neodesenvolvimentismo – e, porque não dizer, sob a ideologia do pós-neoliberalismo.

Conforme sugeri em outro trabalho (Cf. Firmiano, 2014), a industrialização da década de 1970, ao modernizar o campo, incorporar o chamado “pacote tecnológico da revolução verde”, preservar a estrutura fundiária altamente concentrada, criou as bases produtivas para a realização do atual padrão de reprodução de capital baseado na especialização produtiva, como chamou Osorio (2013), que hoje confere lastro àquilo que os economistas da “terceira via” chamam de neodesenvolvimentismo e àquilo que os ideólogos do pós-neoliberalismo vêem como “a reinserção internacional” do Brasil.

O problema é que, o desenvolvimento interno – ou a industrialização – que nos levou – o Brasil – ao atual padrão de especialização produtiva garantiu tão-somente uma posição como grande exportador de *commodities* agropecuárias ou de produtos com baixo valor agregado ou baixa densidade tecnológica na nova divisão internacional do trabalho. Processo este que, irônica e contraditoriamente, passou a pressionar a desindustrialização recente do País (no exato sentido da perda da participação da indústria no PIB com perda dos setores de ponta, que incorporam alta tecnologia e

agregam valor à produção), nos levando a uma espécie de reversão neocolonial (Sampaio Jr, 2013; Cf. Firmiano, 2014).

Desde o final da década de 1990, o BNDES é responsável pela formatação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento que, em 2000, redundou na formação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A tão saudada promoção da integração Sul-Sul pelos pós-neoliberais, como Sader (2008; 2013), significa, pois, a estruturação de corredores de exportação e expansão de base territorial do capital, sob um padrão de especialização produtiva que conta com investimentos de empresas brasileiras atuando nos países vizinhos como exploradoras de recursos naturais e humanos – algo que Rui Mauro Marini chamaria e de subimperialismo. Pelo menos desde então, o Estado brasileiro – por meio do BNDES – opera como linha auxiliar de grandes grupos de capital transnacional, ora compondo organicamente seu capital, ora financiando operações de fusões, incorporações, aquisições, entre outras (Firmiano, 2014: 118).

Aliás, entre os anos de 2003 e 2009, 60% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram investidos na indústria intensiva em natureza; desta, os setores intensivos em natureza extrativista receberam 27% do desembolso do Banco para este ramo, contra apenas 2% dos setores intensivos em trabalho. “O caráter intensivo em natureza destes investimentos revela de modo contundente a conivência do Banco e do governo brasileiro diante da ‘canibalização’ dos territórios, rurais e urbanos...” (Tautz, Siston et. ali., 2010: 281).

Essa condição de grande exportador de *commodities* para o mercado mundial condiciona o desenvolvimento econômica e social brasileiro hoje sem permitir nenhum salto para além da dependência, de modo que, não se constituem quaisquer bases para um “desenvolvimento endógeno”, ou um desenvolvimento autônomo com relação ao capital transnacional do qual reiteradamente o País depende. Ao contrário, “o desenvolvimento econômico baseado na especialização produtiva tende, assim, a impor um padrão de acumulação/valorização de capital marcadamente predatório ou destrutivo...”, baseado em atividades produtivas como o agronegócio, a mineração, a construção civil e a indústria de baixa densidade que reforçam o ciclo vicioso da degradação/esgotamento do meio ambiente/recursos naturais e do emprego precário, rotativo, da degradação/precarização estrutural do trabalho. (Firmiano, 2014: 114).

Por isso, a ampliação do trabalho não se dá mais sob o padrão da reprodução do capital industrial, que fomentava aquilo Mézáros(2009) chamaria de momento de ascensão do capital. Hoje, o setor terciário é quem puxa a expansão do emprego, não raro, de baixa qualificação e de baixa remuneração. Não é à toa que a maioria esmagadora dos postos de trabalho gerados pelo novo desenvolvimentismo estão concentrados na base da pirâmide social: quase 95% das vagas de emprego abertas na década de 2000 têm remuneração de até 1,5 salário mínimo, puxadas, principalmente, pelo setor de serviços e pela construção civil, além de atividades de extração mineração e indústria de baixa densidade tecnológica (Pochmann, 2012: 19).

De acordo com Graça Druck, experimentamos hoje uma espécie de nova precarização estrutural do trabalho, com caráter abrangente, generalizado e central, atingindo as regiões mais desenvolvidas do Brasil, os setores mais dinâmicos e modernos, como as indústrias de ponta, e os trabalhadores mais qualificados. Além, é claro, das regiões, setores econômico e faixa de trabalhadores tradicionalmente afetados pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado. “Enfim, essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho (...) para todos os que vivem do trabalho” (Druck, 2013: 61).

O fracasso do pós-neoliberalismo: à guisa de conclusão.

O Brasil do Lula foi a imagem mais difundida do país em muito tempo. Depois de estar apagado na mídia internacional por um bom tempo, de repente, para surpresa geral, no meio da era neoliberal, o país mais desigual do mundo passou a ser a referência na luta contra a fome e o modelo de sucesso no combate à desigualdade. É uma imagem que incomoda muito. Antes de tudo, às hostes neoliberais, cujos princípios são negados abertamente pelo Brasil, que faz residir nessa negação exatamente o seu sucesso. E incomoda aos setores da ultra-esquerda, que já tinham cantado a ‘traição’ do Lula e do PT, no começo do governo e tiveram que engolir a seco o sucesso popular interno e internacional do Brasil. (Sader, 2014, não paginado).

Para Emir Sader vivemos hoje uma espécie de abismo entre o esgotamento do capitalismo, em sua fase neoliberal, as condições subjetivas para a geração de possibilidades para irmos além da ordem. (Sader, 2009: 176). A construção do pós-neoliberalismo seria, assim, uma solução híbrida, que faz a esfera pública [*sic.*] avançar sobre a esfera mercantil, já que, segundo o autor, o socialismo não está na ordem do dia. (Sader, 2008: 330). A fase atual –pós-neoliberal – é, para ele, uma fase de transição para projetos que se proponham a construção de sociedades justas, soberanas e solidárias. (Sader, 2013: 141). A ausência de “condições concretas” para o socialismo justifica, pois, na melhor tradição política da conciliação sua aceitação da ordem.

É assim que o pós-neoliberalismo fracassa perante a tarefa que se impõe de elaborar a superação do neoliberalismo: precisamente ao identificar sua (falsa) “superação” ao neodesenvolvimentismo. Não sem colaborar ativamente com a atual ordem política e econômica, consolidando, enfim, suas *wahlverwandtschaft*.

Ora, como vem afirmando Claudio Katz são justamente as contradições da “viragem neodesenvolvimentista” na América Latina que criam o espaço para contrapor alternativas socialistas ao modelo atual de realização do capitalismo periférico. Somente a transição socialista se opõe por completo a gestação de um modelo neodesenvolvimentista. As condições para tanto saltam aos olhos, como demonstrou o economista argentino. (Cf. Katz, 2006, não paginado). Mas além disso, poderíamos indagar Sader, como um modelo de sociedade capitalista pode acumular forças para a construção de uma sociedade justa, soberana e solidária - como quer o autor (Cf. Sader 2008, 2009, 2013) - se, ao contrário, aprofunda os nexos históricos da heteronomia, dos obstáculos estruturais que impedem a superação das desigualdades sociais crônicas das sociedades latinoamericanas? A edificação do socialismo implica, pois, em substituir a prevalência de um regime determinado pelas leis do lucro por outro regime, regulado para a satisfação das necessidades sociais. E isto, vale dizer, desde Marx, tem muito pouco a ver com “fazer avançar a esfera pública”.

Não é à toa que o argumento segundo o qual a “alternativa está a direita” e de que “a ultraesquerda se isolou (...) aliando-se em muitas circunstâncias com a direita contra o governo” (Sader, 2008: 44; Cf. Sader, 2009) não só coloca uma espécie de carapaça de aço em qualquer tentativa de defesa de um projeto político autônomo e dirigido para além da “esfera pública” (sempre!) burguesa, como se converte em propaganda oficial do neodesenvolvimentismo.

Sim, pois, o pós-neoliberalismo, não fracassa apenas na tarefa de elaborar teoricamente a transição para além da ordem; sob a caneta de Emir Sader, decaí, sem qualquer elegância, tornando-se um panfleto oficial da ordem, uma ferramenta de

marketing que colabora ativamente para a prorrogação da *débâcle* do neodesenvolvimentismo petista, que, como na relação mediada pela *wahlverwandtschaft*, funciona como a condição absolutamente necessária de sua existência.

Referências Bibliográficas.

- ANDERSON, Perry. (2011). O Brasil de Lula. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 91, Nov. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 23 May 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000300002>.
- DRUCK, Graça. (2013). “A precarização social do trabalho no Brasil”. In.: ANTUNES, Ricardo. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. – São Paulo: Boitempo.
- FERNANDES, Florestan. (2009). Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. – 4ª edição rev. – São Paulo: Global.
- FIRMIANO, Frederico Daia. (2014). O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária. Tese de doutorado. FCLar/UNESP: Araraquara-SP.
- GABNEBIN, Jeanne Marie. (2011). Comentário filológico e crítica materialista. In.: Trans/Form/Ação, Marília, v. 34, p. 1-214. Edição especial 2. pp. 137-154.
- KATZ, Claudio. (2014). ¿Qué es el neo-desarrollismo? I- Una visión crítica. Economía. 16 Jul. Disponível em: <http://katz.lahaine.org/>. Acesso em: 28 Jul 2014.
- _____. (2006). América Latina: Socialismo ou neo-desenvolvimentismo? 06/12/2006. Disponível em: http://resistir.info/varios/socialismo_neodesarrollismo_p.html. Acesso em 08 Ago 2014.
- LÖWY, Michael. (2011). Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. In.: PLURAL, São Paulo, v.17.2. pp. 129-142.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. [tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa]. 3ª reimpressão. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). (2007). A era da indeterminação. – São Paulo: Boitempo.
- _____. (2003). Crítica à razão dualista. O ornitorrco. – São Paulo: Boitempo.
- OSORIO, Jaime. (2012). “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo. – Boitempo.
- PAULANI, Leda. (2008). Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.- São Paulo: Boitempo. (Estado de sítio).

PINASSI, Maria Orlanda. (2011). El lulismo, los movimientos sociales en Brasil y el lugar social de la política. *In.*: Herramienta. n° 46, Año XV. Mar 2011, Buenos Aires, Argentina.

POCHMANN, Marcio. (2012). Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. – São Paulo: Boitempo.

_____. (2012). O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. *In.*: Margem Esquerda – ensaios marxistas, São Paulo, n° 15: novembro.

SADER, Emir. (2014). Não é a Copa, imbecil, são as eleições! *In.*: Blog da Boitempo. 05/06/2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/05/nao-e-a-copa-imbecil-sao-as-eleicoes/>. Acesso em: 10 Ago 2014.

_____. (2013). A construção da hegemonia pós-neoliberal. *In.*: SADER, Emir. (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. pp. 135-145.

_____. (2009). Postneoliberalism in Latin America. *In.*: Development Dialogue. Uppsala-Sweden, N. 51, January 2009.

_____. (2008). Posneoliberalismo en America Latina. Buenos Aires: Instituto de estudios y formación CTA, 2008.

_____. (2003). Os desafios do pós-neoliberalismo. *In.*: Le Monde Diplomatique Brasil. 01/02/2003. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=820>. Acesso em: 08 Ago 2014.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (1995). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?. (1999). – 3ª edição. – Rio de Janeiro: Vozes.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, Dec. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>.

TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe et. all. (2010). “O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário”. *In.*: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz et. all. (Orgs.) Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. – Rio de Janeiro: Garamond.

WEBER, Max. (1999). Weber: sociologia; organizador, Gabriel Cohn; coordenador, Florestan Fernandes. – 7ª edição. – São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).